



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

202

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 184997-0

APELANTE: SUL AMÉRICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

APELADO: EMPRESA PEDROSA LTDA E OUTROS

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

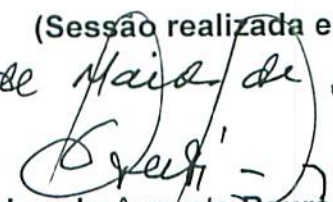
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA. PRESTAÇÕES EM DIA. CANCELAMENTO UNILATERAL POR PARTE DA SEGURADORA. ABUSIVIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CÓDIGO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA BOA FÉ, DA IGUALDADE, DA TRANSPARÊNCIA, DA EQUIDADE, DO EQUILÍBRIO E DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, **em negar provimento** recurso de apelação em tela, tudo nos termos do voto do Relator, que passa a fazer parte deste julgado.

(Sessão realizada em 18.05.2010)

Recife, 18 de Maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

203

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 184997-0

APELANTE: SUL AMÉRICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

APELADO: EMPRESA PEDROSA LTDA E OUTROS

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto contra sentença que julgou PROCEDENTE a *Ação Ordinária com pedido de antecipação de tutela* interposta pela parte suplicante/apelada, e neste conduto determinou que a seguradora sucumbente/apelante procedesse com **manutenção do contrato de seguro de vida sub judice** (apólice 4507- sub grupo 0023), restabelecendo a relação dos beneficiários-segurados nos moldes até então vigentes, restando ratificado os termos da liminar outrora deferida (fls.29/34).

Irresignada, a seguradora suplicada/recorrente interpôs recurso de apelação (fls.230/243) protestando pela reforma da sentença, sob o argumento de que o seguro é contrato bilateral e não um serviço perpétuo, invocando ainda os princípios da liberdade de contratar e da autonomia da vontade. Neste lanço, reclama pela manifestação desta Câmara acerca dos seguintes artigos constitucionais: 1º, IV; 3º, I; 5º, caput e II; 170, caput e parágrafo único. Ao final, pugna pela inversão do ônus sucumbencial.

Em resposta, a empresa suplicada/apelada (fls.250/255) rechaça todos os argumentos da recorrente, requestando a manutenção da sentença.

É o relatório. Ao douto revisor.

Recife, 26 de março de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

204

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 184997-0

APELANTE: SUL AMÉRICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

APELADO: EMPRESA PEDROSA LTDA E OUTROS

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

VOTO

Srs. Desembargadores,
Senhor (a) Procurador (a).

Reside o litígio em apreço na averiguação da legitimidade do procedimento da seguradora suplicada/recorrente, em rescindir, **unilateralmente**, o contrato de seguro de vida firmado entre as partes (*apólice 4507- sub grupo 0023*).

Para o melhor exame da causa, cumpre consignar que a relação contratual de seguro de vida *sub judice*, contava, à época do cancelamento, com 14 (quatorze) anos de vigência, não constando, no resumo das condições gerais da apólice, qualquer cláusula concernente ao período de duração do contrato.

A matéria em embate já tem entendimento consolidado na jurisprudência pátria, no sentido de que a recusa da seguradora à renovação da apólice, depois de decorridos vários anos de sucessivas contratações, com os segurados cumprindo fielmente com o pagamento do prêmio, **configura abuso de direito, constituindo exagerada desvantagem para o consumidor, circunstância esta em total dissonância com os princípios da boa fé, igualdade, transparência, equidade e equilíbrio que devem dirigir as relações de consumo.**

Dentro desta linha de intelecção, a justificativa da seguradora baseada na liberdade de contratar esbarra nos princípios acima elencados, bem como em outros de cunho constitucional, ou seja, da vida e dignidade da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

205

pessoa humana (art. 1º, III, CF¹). Ademais, em consonância com os incisos IV, XV, § 1º, I, do art. 51 do CDC², e art. 422, do diploma civil vigente³, as cláusulas que estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor e estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou seja, incompatíveis com a boa fé ou a equidade devem ser **desconsideradas**, porquanto **frustram o direito de apenas uma parte, em afronta ao equilíbrio contratual e à função social do contrato** (art. 421, CC/2002⁴). Acrescente-se, por oportuno, que é da índole do contrato de seguro de vida renovado automaticamente por longos anos o aumento do risco, fato previsível e conhecido da seguradora, que não pode alegá-lo para unilateralmente negar-se a renovar a avença. (Precedentes: **TJSP**: Apelação Cível nº 992080669912; Apelação Cível nº 992080400212; Apelação Cível nº 992090408410; Apelação Cível nº 992050404350; **TJSC**: Apelação Cível nº 2005.042641-2; Apelação Cível nº 2005.0017050-5; Apelação Cível nº 2009.023396-7; **TJRS**: Embargos de Declaração 70034239079; Apelação Cível nº 70024796500; Apelação Cível nº 70032497828; **TJMS**: Apelação Cível nº 3332MS 2008.00332-6; **STJ**: AgRg no Ag 606454 / Rs; AgRg no Ag 604302 / RS)

¹ **CF/88 - Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(omissis)

III - a dignidade da pessoa humana

² **CDC - Art. 51.** São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

(omissis)

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a **BOA-FÉ** ou a equidade;

(omissis)

IX - deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;

§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que:

I - **ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;**

³ **CC/2002 - Art. 422.** Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e **BOA-FÉ**.

⁴ **CC/2002 - Art. 421.** A liberdade de contratar será exercida em razão e nos **limites da função social do contrato**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

206

De outro aponte, assinale-se que a recorrente pleiteia pela manifestação desta Câmara acerca dos seguintes artigos constitucionais: 1º, IV; 3º, I; 5º, caput e II; 170, caput e parágrafo único⁵.

Diante de todo o ocorrido, verifica-se que inexistente razão para a insurgência do apelante acerca dos dispositivos apontados, tendo em vista que o veredicto que ora se confirma tem respaldo não só em remansos precedentes jurisprudenciais, bem como na legislação pátria acerca do assunto, inclusive a constitucional.

Nestes termos, **voto pelo improvimento** do recurso de apelação em tela, mantendo incólume a sentença atacada.

Recife, 18 de Maio de 2010:

Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

⁵ CF/88 - Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(omissis)

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

CF/88 - Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

CF/88 - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(omissis)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

CF/88 - Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(omissis)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

207

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0184997-0
APELANTE: SUL AMÉRICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
APELADO: EMPRESA PEDROSA LTDA E OUTROS
REVISÃO: DES. ANTONIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Voto de Revisão

Voto pelo improvimento do apelo nos termos do voto do Relator.

Recife, 18 de 05 de 2010
2009.

Des. Fernando Martins
Revisor